

POLÍTICAS EM EDUCAÇÃO NA FABRICAÇÃO DE SUJEITOS GOVERNÁVEIS

Raquel de Melo Giacomini¹

<https://orcid.org/0000-0003-2166-5311>

Claricia Otto²

<https://orcid.org/0000-0001-8682-8332>

RESUMO: Neste artigo objetiva-se problematizar aspectos dos processos de subjetivação colocados em ação por políticas educacionais de municípios que aderem aos sistemas de ensino privado. Trata de modo específico, da compra do Sistema Educacional Família e Escola (SEFE), pela Rede Municipal de Educação de Florianópolis (SC), entre 2009 e 2014. Problematizar a constituição de subjetividades pressupõe compreender que o sujeito é forjado por meio de relações de “saber-poder” que se fundamentam e se estabelecem por meio de acontecimentos históricos. Nessa perspectiva, tomam-se narrativas de oito professores que em suas escolas foram conduzidos pelos caminhos do referido Sistema. A principal ferramenta é a categoria de governo compreendida, nos termos de Foucault, como condução das condutas alheias que objetificam as pessoas conduzidas. Se o governo busca fabricar um sujeito que atue de forma mecânica, se autogovernando pelo SEFE, também é possível localizar indícios da vontade de os docentes serem “conduzidos” de outras formas.

PALAVRAS-CHAVE: governo, . governamentalidade neoliberal, políticas educacionais

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Florianópolis, SC, Brasil. rmgiacono@gmail.com

² Doutora em História pela UFSC. Professora do Departamento de Metodologia de Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil. clariciaotto@gmail.com

EDUCATION POLICIES IN GOVERNABLE SUBJECTS FABRICATION

ABSTRACT: This article aims to problematize aspects of subjectivation processes put in action by education policies of municipalities that adhere to private education systems. It talks, specifically, about the purchase of Sistema Educacional Família e Escola - SEFE (Family and School Educational System) by Florianópolis Municipal Education Network (Santa Catarina State), between 2009 and 2014. Problematize the construction of subjectivities presupposes to understand that the subject is constituted by “knowledge-power” relations that are based and established by historical events. In this perspective, we use narratives of eight teachers that were conducted by System paths. The main analytical tool is the governance category, comprehended by Foucault as a conduction of others behavior that objectify conducted people. If governance search for a subject that acts mechanically, self-governing by the SEFE, it is also possible to find evidences of the teachers’ desire about being conducted by other ways.

KEYWORDS: governance, neoliberal governmentality, educational policies

POLÍTICAS EN EDUCACIÓN EN LA FABRICACIÓN DE SUJETOS GOVERNABLES

RESUMEN: El objetivo de este artículo es problematizar aspectos de los procesos de subjetivación colocados en acción por políticas educativas de municipios que adhieren a los sistemas de enseñanza privada. De modo específico, se enfoca en la compra del Sistema Educacional Familia y Escuela (SEFE), por la Red Municipal de Educación de Florianópolis (SC), entre 2009 y 2014. Problematizar la constitución de subjetividades presupone comprender que las relaciones de “saber-poder”, establecidas mediante acontecimientos históricos, forjan a lo sujeto. En esa perspectiva, son presentadas las narrativas de ocho profesores que, en sus escuelas, fueron conducidos por los caminos del referido Sistema. La principal herramienta es la categoría de gobernanza, comprendida, de acuerdo con Foucault, como conducción de las conductas ajenas que objetifican a las personas conducidas. Si por un lado la gobernanza busca fabricar un sujeto que actúe de forma mecánica, autogobernándose por el SEFE, por otro es posible localizar indicios de la voluntad

de los docentes de que se les “conduzcan” de otras formas.

PALABRAS CLAVE: gobernanza, gubernamentalidad neoliberal, políticas educacionales

Introdução

A gubernamentalidade se caracteriza por distintas formas de governar, dentre as quais, a constituição de processos de subjetivação para produzir sujeitos governáveis. É colocada em ação por meio de técnicas de normalização, controle e condução de condutas, ou seja, por meio de técnicas de governo. Em outras palavras, os percursos pelos quais se constituem subjetividades, são aqui compreendidos, atrelados ao par “saber-poder” no exercício de tornar professores sujeitos governáveis, aspecto de relevância a ser identificado na educação contemporânea. Segundo Castro (2017, p. 11-12), refletir sobre a gubernamentalidade implica “*el análisis de formas de racionalidad, de procedimientos técnicos, de formas de instrumentalización. Se trata en este caso de lo que se podría llamar la ‘gubernamentalidad política’*”.

Na medida em que esses processos de subjetivação se dão por meio de estratégias ou técnicas, são produzidas formas de saber, por exemplo, sobre como ser professor seguindo determinada conduta. Nesse direcionamento é possível compreender que poder e saber estão integrados por meio de práticas contextualizadas, que definem as ações docentes que são ou não plausíveis. Essa relação de produção de formas de saber-poder fabrica algo como verdadeiro, produz “regimes de verdade”. A produção da subjetividade está indissociavelmente relacionada a esses regimes conforme indicado por Gore (1994, p. 10): “o próprio termo evoca visões de ‘verdade’, usadas de formas que controlam e regulam”.

Se os regimes de verdade são produzidos numa relação saber-poder, na trilha de Foucault é mister se liberar de uma representação do poder jurídico-discursiva que o compreende numa relação de proibição, soberania, como uma instância essencialmente da regra, que define o que é lícito e ilícito. Nessa forma de compreender, o poder é incapaz de invenção e constituiria um ‘sujeito sujeitado’, tendo por efeito apenas a obediência. Foucault (1993, p. 80) propõe que se realize uma análise do poder com vistas a “uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-los”, em vez de uma teoria do poder em

termos jurídicos. Assim, o poder se refere a uma situação estratégica complexa e contextualizada em determinada sociedade; não é algo que se possui, mas se exerce em relações de diferentes pontos, não iguais e fixas. As relações de poder não possuem um caráter de exterioridade em comparação com as econômicas, sociais e culturais; são efeitos do poder que é produtivo, que incita, induz e produz realidades.

Dessa forma, se o poder se exerce numa relação de diferentes pontos, não existe um local, uma matriz na qual emanaria todo o poder numa escala do nível global para o particular. As correlações de força se dão de formas múltiplas em todos os lugares, o que Foucault chama de microfísica. Compreender a microfísica do poder implica localizá-lo envolto em uma série de objetivos. Assim, sempre existirá um sujeito ou um grupo que gerencia as relações de poder, uma vez que as estratégias se articulam numa rede, e, muitas vezes, formam efeitos que não eram as intencionalidades primeiras. Ou seja, para Foucault (1993, p. 91), “a racionalidade do poder é a das táticas muitas vezes bem explícitas no nível limitado em que se inscrevem”. Por não se encontrar em posição de exterioridade ao poder, sempre que houver poder sempre haverá resistência e esta seria o outro lado da relação de poder.

Assim, nos processos históricos é assaz compreender a relação do poder com o saber. Determinada questão social se torna alvo de conhecimento com base em relações de poder que o instituem como objeto passível de conhecimento. Dessa forma, é o poder que toma tal questão como objeto alvo por meio de técnicas de saber e estratégias de poder. Nesse alinhamento teórico, objetiva-se compreender como o Sistema Educacional Família e Escola (SEFE), por meio de suas práticas de governmentação, colocou em movimento processos de subjetivação para os quais utilizou estratégias e técnicas de condução aos professores da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (SC). Ademais, busca-se entender como o SEFE produziu realidades e um saber a respeito do que é e/ou como deve ser um professor.³

A compra do SEFE pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis insere-se nas políticas de parcerias público-privadas, fenômeno crescente em todo o Brasil. Esse fenômeno emergiu no início do século XXI em decorrência das políticas descentralizadoras da década de 1990 e do conseqüente processo de municipalização do ensino fundamental. No município em questão, toma-se como referência pesquisa sobre essa parceria com o SEFE entre 2009

³ O SEFE foi formado pela união da Editora Base e das Faculdades Integradas do Brasil (UniBrasil), ambas de Curitiba (PR), em 2006. Até 2011 o SEFE denomina-se Sistema Educacional UniBrasil (SEU), sendo o Instituto UniBrasil sua empresa mantenedora.

e 2014, período em que, segundo Frutuoso (2014, p. 117), abrangeu o máximo de vinte escolas de um total de 36 que atendiam os anos iniciais da educação básica na rede municipal.

No início de cada ano o processo para a compra de um sistema de ensino passava por licitação pública, sendo o SEFE o vencedor em todos os anos. O pacote vendido para a Secretaria Municipal de Educação era mesclado por um conjunto de material didático composto de apostilas sob a denominação de Coleção Caminhos, cartazes, Cadernos de planejamento e avaliação, cursos de formação de professores, consultorias e material para as famílias dos alunos. A Coleção Caminhos contém um total de dezesseis volumes de apostilas. Desse total, dois volumes são destinados ao primeiro ano, dois ao segundo e quatro volumes ao terceiro, quarto e quinto anos respectivamente. O número de páginas de cada volume varia entre 170 e 200 páginas.

Dentre o montante de material e serviços, o referido Sistema também desenvolve uma prática de bonificação chamada “Prêmio Ação Destaque SEFE”. Trata-se de uma competição, para a qual os professores e/ou gestores inscrevem trabalhos realizados com o material do SEFE ao longo do ano letivo, com o objetivo de concorrer prêmios em dinheiro. Tal prática, de acordo com Gadelha (2013), demonstra que os professores precisam demonstrar se o que estão fazendo está correto e é feito de modo eficaz. Por certo, o Prêmio Ação Destaque incita os professores a governarem-se da forma estabelecida pelo Sistema, a qual alavanca um poder produtivo, produzindo formas de saber e ação.

Tal prática também está na direção do que salientam Saraiva e Veiga-Neto (2009, p. 197), da necessidade de entender “como vem se constituindo a governamentalidade nos dias de hoje [...], como estamos sendo governados na atualidade é condição para que se possa compreender o que vem acontecendo no mundo e, em particular, nas escolas”. Nesse caminho de reflexão, este artigo segue apresentando duas seções. Na primeira seção discute-se acerca do conceito de governamentalidade neoliberal aludindo que a implantação do SEFE em escolas do município de Florianópolis assume características relativas a esse conceito. Na segunda seção toma-se como foco as narrativas dos professores entrevistados.⁴ Associado aos registros dos cursos de formação de professores, o escopo é perceber como a adoção do SEFE em escolas públicas provoca mudanças no fazer dos professores e se eles se autogovernam da maneira estabelecida pelo respectivo Sistema.

⁴ O projeto de pesquisa foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisas com seres humanos e cada entrevistado assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Da constituição de subjetividades na governamentalidade neoliberal

Embora Foucault não tenha tomado a sociedade contemporânea como foco de seus estudos, sua produção sobre a constituição da sociedade moderna é eivada de ferramentas para a compreensão da contemporaneidade. Sob as lentes de Foucault, Saraiva e Veiga-Neto (2009, p. 189) elucidam que o governo se dá na reorganização do diagrama de poder na sociedade atual, marcada por práticas neoliberais: “maximizar a competição, para produzir a liberdade para que todos possam estar no jogo econômico”. Nessa lógica apresentada pelos autores, as principais transformações na sociedade contemporânea são a passagem de uma sociedade de produção para uma sociedade de consumidores e a mudança da instituição de produção de mercadorias, que era a fábrica, para a empresa, local de inovação e invenção.

Segundo Saraiva e Veiga-Neto (2009, p. 191), distinto da fábrica, o regime de trabalho na empresa “não prioriza mais o corpo em seus movimentos mecânicos, mas a alma e seu poder criativo”. Ainda, nessa mudança provocada pela passagem do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo ocorre um deslocamento em relação ao que se enfatizava até então. Em vez de a ênfase continuar estando nos “corpos dóceis” passa para os cérebros cuja maior característica deve ser a sua capacidade de ser flexível. Tais transformações fazem com que o diagrama de forças da sociedade contemporânea sofra mudanças, assim como o modo como se constitui a governamentalidade, de modo a surgir uma nova forma de poder: o *noopoder* que, para Saraiva e Veiga-Neto (2009, p. 195), “atua modulando os cérebros, capturando a memória e a atenção. Ele não substitui a disciplina nem o *biopoder*, mas se articula a eles, entra na composição de um novo diagrama de forças”.

Tal denominação é derivada do grego *noûs* (noos) e remete à mente ou à porção racional da alma. Segundo Lazzarato (2006, p. 76), as relações de poder nessa dimensão do *noopoder* “se expressam pela ação à distância de uma mente sobre a outra, pela capacidade de afetar e ser afetado dos cérebros, mediatizada e enriquecida pela tecnologia”.

Ao atuar prioritariamente na reorganização dos jogos de poder criando sociedades de controle, o *noopoder* exerce sua força sobre a alma, não mais sobre o corpo do sujeito tal como no poder disciplinar. Nessa configuração de poder, as empresas ocupam papel central, tendo em vista que a governamentalidade se redistribui. Tal configuração pode levar o Estado a ter um papel menor do que as empresas na sociedade contemporânea. Essas mudanças instigam a pensar na escola e em suas práticas, pois a ampliação do

mercado para a venda dos produtos e serviços educacionais e a consequente incidência sobre o espaço público acaba sendo mais uma forma de *noo*poder. Assim, igualmente se constituem em modos de subjetivações que prezam pela flexibilidade incentivada e possibilitada também pelos meios e tecnologias de comunicação a distância.

Os sistemas de ensino privados com suas estratégias de produção e venda de materiais e serviços estão inseridos nessa lógica empresarial e exercem o poder por meio de uma governamentalidade neoliberal, tal como se observa no SEFE: estímulo à competição; busca pela eficiência e qualidade; cumprimento de metas e práticas de meritocracia. Ao mesmo tempo observa-se que a disciplina ou o *biopoder* se articula ao *noo*poder. Coexistem assim, estratégias de homogeneização das condutas dos professores por meio de materiais e normas e vigilância, as quais buscam constituir subjetividades flexíveis.

Ademais, a compra dos sistemas de ensino é uma forma de privatização da educação pública. Na medida em que o gestor do município estabelece parceria com uma empresa por meio da compra de sistemas de ensino, está delegando a responsabilidade do Estado para uma empresa; portanto, está privatizando o fornecimento de serviços, justamente promovidos por regimes neoliberais. Os beneficiados com tal prática são grupos dos sistemas de ensino que acabam gerenciando e controlando as escolas que se regem pelas suas normas.

Gadelha (2013) destaca que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) pode ser compreendido como um sistema de responsabilização social, no qual são articulados, no campo educacional, mecanismos para verificar se todos os envolvidos na escola estão agindo de forma eficaz e correta. Atrelado a isso, são inseridas práticas de recompensa e punições, atreladas a metas educacionais e pagamento de bônus aos professores que conseguem cumprir as metas no tocante à aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, o controle se dá pelo cumprimento de metas e não mais pela disciplina do corpo. O SEFE também se caracteriza pela busca de padronização e homogeneização no trabalho pedagógico, indicada por Adrião et al (2009, p. 810) como a

[...] principal justificativa dos dirigentes municipais de Educação para a realização de parcerias com sistemas de ensino privados. Buscam instaurar nas redes municipais uniformidade nos processos pedagógicos, alegando evitar 'desigualdades' entre as escolas. Se tal motivação revela uma preocupação com a possibilidade de que ações diferenciadas gerem qualidade também diferenciada, por outro lado, incide sobre a autonomia

de escolas e docentes frente à organização do trabalho pedagógico ao retirar-lhes, como assegura a LDB, a possibilidade de organizarem suas práticas a partir de necessidades locais ou iniciativas próprias.

Diante disso, para Adrião et al (2009, p. 813), é necessário que haja uma “reflexão apurada sobre as consequências decorrentes das novas formas de inserção da lógica privada na educação pública”. A entrada dos sistemas de ensino apostilados tende a provocar mudanças nos processos pedagógicos, especialmente no fazer-se professor e na sua ação escolar, aspecto tratado na próxima seção.

Da condução de condutas ao desejo de ser “conduzido” de outras formas

Neste trabalho de pesquisa com fontes orais buscou-se compreender aspectos do espaço escolar pela experiência dos professores entrevistados.⁵ As memórias desses docentes sobre as vivências em torno do uso do material e dos cursos de formação do SEFE são interpretadas à luz do que pontua Alberti (2004, p. 16 e 19), de “combinar ‘vivido’ e ‘concebido’ [...], compreender as expressões de sua vivência”. A professora Hortência (2012), ao responder se costuma utilizar outro tipo de material além daquele fornecido pelo Sistema, enfatiza:

O conteúdo está no SEFE! Se eu vou fazer qualquer coisa, vou andar rumo àquele conteúdo. Para que vou fazer uma coisa diferente? Eu preparo minhas aulas a partir da apostila, os extras, os projetos, as atividades, tudo isso, não fico inventando outra coisa, até porque nem dá tempo.

O fragmento dessa narrativa da entrevista realizada em 2012 é indicativo do quanto o SEFE, por meio das apostilas da Coleção Caminhos, traça estratégias para normalizar a ação pedagógica dos professores. A Coleção Caminhos, como uma espécie de carro chefe é o instrumento concreto, presente nas escolas para normalizar tanto a conduta dos professores, quanto os conteúdos. Perpassa uma ideia por parte da empresa que, ao determinar tudo

⁵ Oitenta e dois professores responderam a um questionário no qual havia a opção se gostaria de conceder uma entrevista. Foram seis professoras e um professor a manifestarem interesse pela entrevista. Visando manter o anonimato, escolheram nomes de flores como pseudônimos, tal como consta neste artigo. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

o que tem de ser ensinado, facilita o trabalho dos professores. Nessa direção, a disciplina normaliza os sujeitos e por meio dela se exerce o controle que visa colocar em ação determinadas condutas. Assim, a “normalização” está associada a um regime de poder utilizado pelo SEFE que por meio de suas estratégias busca exercer determinado controle sobre as escolas que a ele aderiram. Os professores são instruídos a adotar uma conduta “normal”, isto é, aquela prognosticada pelo Sistema.

As narrativas dos professores entrevistados possibilitam, ainda, identificar que as apostilas são compreendidas como um planejamento a ser colocado em prática, ou melhor, são elas, as apostilas, o “próprio planejamento”. Ao utilizar a coleção Caminhos o professor é dispensado de uma prática inerente ao seu ofício que é o ato de planejar; a apostila do SEFE já apresenta um planejamento, bastando colocá-lo em ação ao definir o dia em que será tratada, em sala de aula, determinada página da apostila.

Outra característica do material do SEFE pode ser identificada na narrativa da professora Margarida (2012), a de que a coleção Caminhos colabora para uma simples adequação do professor ao que já está previsto: “o professor pega a apostila e vai seguindo, xeroca o começo da apostila e entrega como planejamento”. A professora Hortência (2012) também sinaliza nessa direção: “cômodo é muito. Eu não sou uma pessoa que se acomoda. Mas, para a comodidade (do professor) é perfeito!”. Tais características são indicativas de criação de um processo em que qualquer pessoa, mesmo sem formação específica para a docência, possa chegar à sala de aula, abrir a apostila na sequência da página cumprida no dia anterior e continuar a repassar os conteúdos. Ademais, como as apostilas apresentam-se portadoras de uma proposta interdisciplinar, vai se constituindo um processo que faz com que os sujeitos se comportem de modo entendido como normal. Por exemplo, cria-se a ideia, pelas apostilas, de que a interdisciplinaridade é apenas integrar e “acomodar” conhecimentos das diferentes áreas numa mesma apostila.⁶

Os professores Lírio e Gérbera (2012), quando indagados sobre as alterações na prática de planejar a partir da adoção do material do SEFE, indicam:

É que o SEFE direciona teu planejamento. Não dá para abrir muita coisa. Ele tem as atividades, os conteúdos, tu vai antecipar um e ir além. E aí ele (o SEFE) direciona teu planejamento para determinada coisa, já na outra escola em que trabalhei sem o material do SEFE, eu tinha que planejar tudo.

⁶ Sobre interdisciplinaridade, ver Fazenda (1993).

Mudou, porque agora, praticamente, eu não preciso planejar. Não tem que planejar porque com o SEFE o planejamento já vem praticamente pronto, os eixos a serem trabalhados, os objetivos, etc. A gente fica seguindo a apostila.

Com essas narrativas, pode-se constatar que o SEFE e, mais especificamente, a Coleção Caminhos, proporciona mudanças significativas na ação de planejar. O professor torna-se uma espécie de refém da apostila, principal e único material a ser usado de acordo com as orientações do Sistema. Tais ações buscam produzir um saber sobre como é a prática docente normal, uma prática padronizada, desconsiderando-se as individualidades e saberes docentes plurais. A professora Violeta (2012) segue mostrando as mudanças ocasionadas pelo SEFE:

Antes eu me sentia mais como pesquisadora. Quando eu pegava o currículo dos alunos, o que os alunos do terceiro ano precisam? A gente pegava, elaborava todos aqueles conteúdos de todas as disciplinas e em cima daqueles conteúdos buscava os textos. Eu acho que eu me sentia mais pesquisadora, ficava o tempo todo planejando. A partir do momento que veio essa apostila, eu até planejo, mas já está tudo aqui dentro, na página tal vamos trabalhar esse texto, então está tudo muito pronto, os textos estão prontos, as fábulas já estão aqui, vamos dizer, o gênero textual, a receita já está aqui.

No fragmento anterior, a professora Violeta correlaciona sua fala com as formas dela se autogovernar antes e depois da implantação do SEFE. É perceptível que os procedimentos de normalização da prática docente, impostos pelo referido Sistema, buscam construir um sujeito professor que se modela ao uso da Coleção Caminhos e renuncia às suas vontades para seguir, disciplinarmente, o material didático que, paulatinamente, vai produzindo sujeitos governáveis.

O controle exercido pelo SEFE sobre a atividade docente é permanente. Durante os cursos de formação de professores e pelas entrevistas foi possível identificar um discurso comum por parte dos docentes, da necessidade de ser produtivo, de usar a apostila para “dar conta” de terminá-la dentro de um tempo previsto. Dar conta de usar toda a apostila é uma meta a ser cumprida. Nessa lógica, os professores são induzidos a uma disciplina que, segundo Foucault (2011a, p. 145), é de “controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo que possa perturbar e distrair; trata-se construir um tempo integralmente útil”, um tempo produtivo. Na lógica do que é apontado por Foucault (2011, p. 8), trata-se de relações de poder que produzem ação, de

um poder que “permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir”.

Todavia, numa perspectiva de desejo de ser conduzida de outra forma, a professora Rosa (2012) diz que esse “controle do tempo” pode acarretar prejuízos ao ensino e aprendizagem, haja vista não sobrar tempo para realizar um trabalho diferenciado com o aluno que possui dificuldades.

Tenho quinze anos de magistério, mas é a primeira vez que eu trabalho com material pronto e não gostei. Porque, o que tens que fazer? Você tem que interferir naquilo que eles (alunos) não estão aprendendo. Se você está fazendo seu planejamento, você vê que o aluno não está conseguindo, você vai fazer uma intervenção mais pontual. E com o material todo pronto, a gente tem que dar conta, então você não tem tempo para ficar parando para dar atenção para aquele déficit em específico. Para aquela dificuldade do aluno, entendeu?

Entretanto, a coleção Caminhos por si só não é capaz de ser um instrumento eficiente para normalizar as condutas dos professores aos moldes do Sistema. Sendo assim, o SEFE possui outras estratégias de governo com a finalidade de fazer com que seja usada da maneira estabelecida. Tais estratégias são compreendidas como uma rede de vigilância e controle, ou seja, são técnicas que incitam exercer a docência conforme instituído.

Os cursos de formação de professores, para os quais os professores são convocados, são entendidos como uma espécie de vigilância individual e grupal, uma forma de controle em razão das prescrições determinadas pelo SEFE. Nesses cursos há estímulo para os professores falarem sobre sua prática que pode ser tomada como um exercício de autogoverno. Há um momento denominado “Caminhando juntos” e funciona como uma forma de verificar se, na prática, os professores estão seguindo as determinações do SEFE. A metodologia desse momento é a de que os professores relatem suas experiências, em sala de aula, com o material do SEFE conforme orientação de encontro anterior. Conforme registros do Diário de campo (2012, p. 23), as perguntas dos assessores giram em torno das seguintes: “em qual volume de apostilas vocês estão?”; “em que página da apostila vocês estão?”; “já fizeram tal atividade?”; “quantas páginas faltam para chegar ao conteúdo tal?”

Essa condução de condutas não passa despercebida pelos professo-

res, conforme salienta a professora Violeta (2012): “a própria secretaria, nos encontros de formação, controla. Geralmente, quando eles vêm com alguma formação era dentro de um assunto, dentro de uma determinada página. Há esse controle! Meio velado, mas há esse controle”. Nessa direção, além de vender cartilhas, o SEFE promove cursos para ensinar como usá-las, no intuito de diminuir os prejuízos e aumentar a eficiência de tal material na prática pedagógica. Bittencourt (2010) tece críticas acerca dessa política educacional alertando sobre os prejuízos da utilização de sistemas de ensino:

O professor da rede pública não precisa mais pensar, nem sequer preparar aulas, nem sequer saber se o que está ensinando está certo ou errado. Tudo está previamente contido no Caderno do Professor e igualmente tudo está preparado para os alunos responderem no Caderno do Aluno. A tarefa do professor é a de comparecer na escola, fazer a chamada e ler o Caderno com os alunos. E, creio que cabe a pergunta: serão necessários cursos de formação de professores? (BITTENCOURT, 2010, p. 561)

Ao se transpor essa pergunta de Bittencourt aos cursos de formação promovidos pelo SEFE em Florianópolis, a resposta seria a de não haver mais necessidade de cursos de formação de professores, uma vez que o Sistema de ensino se encarrega de fazer o papel do professor ao determinar os objetivos, os conteúdos, os métodos e as formas de avaliação. Os cursos acabam por combinar controle e vigilância.

As consultorias do SEFE também se constituem estratégias de vigilância, conforme indicado na página 17 do próprio edital de 2012: as “visitas técnicas realizadas nas escolas por uma pedagoga do Sistema, com o objetivo de verificar o desenvolvimento da proposta educacional, avaliando resultados das ações e viabilizar ações que venham a contribuir para a melhoria constante de sua implementação”. A consultora designada pela empresa atua no sentido de fazer com que os professores usem apostila e não atrasem os conteúdos nela contidos. Caso haja atraso, algumas estratégias, tanto para o professor, quanto para os alunos, são implementadas a fim de adaptarem-se ao Sistema. Tais estratégias provocam os professores a se autogovernarem e a serem vigiados de si mesmos, como pondera a professora Margarida (2012): “Acho que a cobrança maior acaba sendo nossa sobre nós mesmos”. As visitas feitas pelas consultoras do SEFE quase sempre são acompanhadas por representantes da Secretaria Municipal de Educação. Assim, a professora Dália (2012) também constrói sua narrativa alinhada à da professora Margarida.

As assessoras da prefeitura vêm junto com as do SEFE. Eu tive umas duas reuniões assim, em que elas pediram todo o material para o olhar, ver se eu estava preenchendo o Caderno de registro, o Caderno dos alunos para ver até onde eu tinha chegado na apostila. No ano passado teve uma cobrança bem mais rígida. É meio esquisito. Parecia bem controle mesmo. Foi avisado: ‘Olha! Bota o livro em dia, que vão vir aqui na semana que vem para olhar se está tudo certinho’, sabe? Se tivesse tudo certinho você ganhava mil elogios, se não tivesse [...] ‘Ah! Por que tu não estás fazendo?’ Tinha bastante cobrança, sem querer saber a realidade da escola, a realidade da turma, o que você pensava de trabalhar com aquele material. Elas não queriam saber disso. Elas queriam saber se você estava usando, como estava, em que parte você estava. Diziam que tinha que usar, que era assim e assim, sabe? Uma coisa bem, bem impositiva!

Dessa forma, a “visita técnica” é uma das estratégias para garantir a utilização efetiva do material pelos professores. Essas geram expectativa e criam um clima tenso na escola, pois os professores precisam se preparar para serem interrogados sobre como estão usando o material do SEFE. O impacto dessa vigilância é tão forte que até mesmo professores que não estavam na escola no dia da visita, como é o caso da professora Rosa, relata como foi a visita, como se dela tivesse participado:

Eu não estava na escola no dia da visita técnica. Eu não apresentei meu material. Mas, (as consultoras) pegaram as outras professoras, olharam onde estavam na apostila, chamaram a atenção de algumas, chamaram a atenção da supervisora, entendeu? Então, há cobrança. Por isso que eu estou falando que não dá tempo de você estar sanando dificuldades (dos alunos) utilizando outros materiais.

Os gestores escolares também têm um papel fundamental nessa rede de vigilância, uma vez que estão cotidianamente nas escolas supervisionando o modo como os professores utilizam o material do SEFE. Inclusive, tal como consta na já referida página 17 do edital de 2012, os gestores escolares também recebem capacitação específica para “o desenvolvimento de suas atribuições e acompanhar efetivamente a utilização do material e o desenvolvimento das ações sugeridas nos assessoramentos que o sistema oferece no município”. Usar todas as apostilas, na sequência proposta é uma meta a ser cumprida.

Assim, é preciso formar o público dos gestores, isto é, governá-los para que governem professores nas escolas. Três professores, Rosa, Lírio e Hortência, que trabalham em uma mesma escola assim se referem ao serviço de controle da supervisora local:

Então, eles (do SEFE e da secretaria municipal) fazem o curso de formação para estar explicando como que a gente trabalha, coisa e tal. Segundo eles, quando a gente faz curso, não há cobrança, mas existe uma cobrança sim, porque essa cobrança vem seguindo a escala, vem lá de cima até chegar na supervisora da escola, onde a gente tem que sentar (com ela, a supervisora). Ela vai, pega a apostila: 'Onde vocês estão?'. A gente tem que dar conta.

O controle é cronológico. Saber em que aula tu estás, qual aula tu destes. Em qual apostila estás.

(A supervisora) faz sim, faz esse controle e bem periódico e fala mesmo. Diz que se tiver problema que peça ajuda, mas que dê conta e que faça!

Igualmente, a professora Violeta (2012) relata que a pergunta mais importante dirigida aos docentes é: “‘em que página estás na apostila’? Se estás dando conta não interessa, mas em que página tu estás”. Essas narrativas indicam que o SEFE coloca em ação estratégias para conduzir as condutas dos professores. Por meio dessa forma de supervisão escolar, tal como direcionada pelo SEFE, os professores são governados para realizar uma prática “eficiente” e de “qualidade”. Tais ações são estratégias de governmentamento e de tornar os professores sujeitos governáveis.

Considerações finais

As subjetividades docentes são produzidas por meio de relações de poder exercidas via parceria público-privada. Essa parceria emerge dentro de um contexto no qual a governamentalidade possui características da sociedade neoliberal: estímulo à competição, busca pela eficiência e qualidade, cumprimento de metas e práticas de meritocracia.

O SEFE, alinhado a uma lógica neoliberal, traça objetivos para conduzir as condutas dos professores por meio do uso da Coleção Caminhos, dos cursos de formação e visitas técnicas, de consultores da empresa ou de

representantes da Secretaria Municipal de Educação às escolas. Essas estratégias de governmentação visam normalizar as condutas docentes e conteúdos curriculares aglutinados nas apostilas. Trata-se de práticas discursivas que organizam estrategicamente o que e como ensinar de forma a regular as condutas dos docentes. Constituem-se tecnologias que objetivam fazer com que os professores se autogovernem da maneira estabelecida pelo SEFE. Nesse processo, tenta-se produzir um sujeito que atue de modo a pensar que as escolhas são autônomas e livres e não, tal como salientado por Marshall (1994, p. 22), “uma construção que nos permite ser *governados*, tanto individual quanto coletivamente”.

Por fim, ao se refletir por quem e como os professores pretendem ser governados, foi possível identificar, em todas as narrativas, movimentos de contraconduta, tais como referidos por Foucault (2008, p. 256-257), “movimentos que têm como objetivo outra conduta, isto é: querer ser conduzido de outro modo, por outros condutores”.

Referências

ADRIÃO, T. et al. *Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas*. Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 30, n.108, out, 2009, p. 799-818.

ALBERTI, V. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BITTENCOURT, C. Livros didáticos de história: práticas e formação docente. In: DALBEN, Ângela I. L. de F. et al. (Org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 544-564.

CASTRO, E. *Biopolítica y gubernamentalidad*. Revista Temas & Matizes. Cascavel, v. 6, n. 11, jan-jul, 2007, p. 8-18.

DÁLIA. Entrevista. Florianópolis, 23 de nov. de 2012.

DIÁRIO de campo. Florianópolis, 2012.

EDITAL Pregão Presencial nº 024/SMAP/DLC/2012. Florianópolis, 2012.

FAZENDA, I. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia*. São Paulo: Loyola, 1993.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *Segurança, território e população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: M. Fontes, 2008.

_____. *Microfísica do poder*. 29. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011a.

FRUTUOSO, A. S. de A. *O sistema apostilado na rede municipal de ensino de Florianópolis: “caminho” para medidas privatistas e desvalorização da educação*. 2014. 289f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 2014.

GADELHA, S. *Empresariamento da sociedade e governo da infância pobre*. Revista Colombiana de Educación. Bogotá, n. 65, jul-dez, 2013, p. 215-237.

GÉRBERA. Entrevista. Florianópolis, 23 de nov. de 2012.

GORE, J. M. Foucault e Educação: fascinantes desafios. In: SILVA, T. T. da (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 9-20.

HORTÊNCIA. Entrevista. Florianópolis, 22 de nov. de 2012.

LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo: a política no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LÍRIO. Entrevista. Florianópolis, 22 de nov. de 2012.

MARGARIDA. Entrevista. Florianópolis, 3 de dez. de 2012.

MARSHALL, J. Governamentalidade e educação liberal. In: SILVA, T. T. da (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 21-34.

ROSA. Entrevista. Florianópolis, 29 de nov. de 2012.

SARAIVA, K.; VEIGA-NETO, A. *Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea*. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 34, n. 2, mai-ago, 2009, p. 187-201.

VIOLETA. Entrevista. Florianópolis, 3 de dez. de 2012.

Data de recebimento: 11.11.2018

Data de aceite: 14.05.2019